

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO****A DINAMICA POPULACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL**

Thaís Schmidt Salgado Vaz de Castro thaissalgado@hotmail.com; **Felipe José dos Santos** latrins@hotmail.com; **Erick Vaz de Castro** erick449@hotmail.com; **Cyro Rezende** profcyro@yahoo.com.br; **Edson Trajano** trajano@unitau.br

Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, Rua Visconde do Rio Branco, nº 22 – Centro – Taubaté / SP – CEP: 12020-040, letras@unitau.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar a dinâmica populacional brasileira a partir da década de 1960. Primeiramente são apresentadas as teorias de crescimento populacional. A seguir forma apresentar os itens que devem ser levados em consideração ao estudar a dinâmica populacional. São eles; crescimento vegetativo, movimentos migratórios, distribuição de renda, a economia e a educação. Dessa forma, foi concluído que a concentração da população está diretamente ligada a distribuição de renda e a educação. Como referencial teórico utilizou-se de Milton Santos, Cyro Rezende e Marcio Rego.

Palavras Chave: crescimento vegetativo; pirâmide etária; renda; educação; economia.

Área do conhecimento: Economia

Introdução

Este artigo tem como objetivo demonstrar a dinâmica populacional brasileira a partir da década de 1960 até os anos 2000. Utilizou-se de estudos essenciais para compreender a dinâmica populacional do Brasil. A economia, a distribuição de renda, a pirâmide etária, a migração e a educação foram analisados. Para isso, foram utilizados como referencial teórico José Marcio Rego, Cyro Rezende, Ligia Terra e Milton Santos.

Teorias de Crescimento populacional

Quando se fala em dinâmica populacional, é necessário descrever as teorias que explicam este assunto. A primeira delas foi criada em 1798 por Thomas Malthus. Batizada com o nome de seu criador, esta teoria tem basicamente dois pontos principais. A população mundial crescerá em progressão geométrica e a produção de alimentos crescerá em progressão aritmética. Sendo assim, em 25 anos a população iria duplicar e não haveria alimentos para todos os habitantes do planeta. Para evitar este desastre, Malthus

sugeriu a abstinência sexual para evitar o crescimento da população. Sendo realizada no século XVI a coleta de dados foi limitada. Além disso, não foi levado em conta o processo de urbanização e as novas tecnologias aplicadas a agricultura. (MOREIRA, 1998, P.337) Hoje é sabido que o principal fator que atinge o crescimento populacional e a produção de alimentos é a distribuição de renda.

Após quase cento e cinquenta anos foi criada uma teoria para tentar explicar a grande incidência de fome nos países subdesenvolvidos. Segundo Moreira, as elevadas taxas de natalidade encontradas nos países subdesenvolvidos exigem investimentos em educação e saúde. Sendo assim, faltam verbas para o investimento nos setores econômicos, como agricultura e a indústria. Os nelmalthusianos ainda afirmam que quanto maior o número de habitantes em um país, menor é a renda per capita. O autor ainda conclui que o crescimento da população é responsável pela miséria. A solução seria propor programas de controle de natalidade e divulgar o uso dos métodos anticoncepcionais. (MOREIRA, 1998, P. 339.)

A teoria Reformista afirma que a população numerosa é a consequência do subdesenvolvimento. Este fato se tornou agravante porque faltou investimentos na educação e na saúde. Para mudar este quadro o autor sugere a concentração nos problemas sociais e econômicos para que a demografia entre em equilíbrio. (MOREIRA, 1998, P. 339.)

Adotando a teoria Reformista como base teórica, o próximo passo para compreender a dinâmica populacional é compreender a economia do período, que muito influenciou na mudança do caráter populacional brasileiro.

Ocorreu na Europa do século XIX um surto populacional provocado pela melhoria nas condições de vida na população. A primeira mudança que deve-se ser destacada é a estabilização da oferta de alimentos. Tendo uma vida mais regrada a expectativa de vida cresce consideravelmente. Os hábitos de higiene, o uso do sabão, da anestesia e o avanço nos estudos da medicina contribuíram para a queda da taxa de natalidade.

Economia

O modelo de substituição de importações iniciado por Vargas e aperfeiçoado pelos governos militares (a partir de 1964) aprofundaram as mudanças que afetavam a população brasileira. Além do modelo econômico, fora necessário aprofundar ainda mais a mudança de certos paradigmas sociais e culturais.

A crença na indústria como fermentadora do crescimento e a opção pela indústria de bens de consumo duráveis tiveram como consequência a criação de novas necessidades a fim de manter uma demanda.

Também a opção pela indústria resultou em uma opção pela vida urbana, já que o modelo industrial é inerente as cidades. A urbanização, já crescente desde a década de 40, tornou-se uma tendência irresistível a partir da década de 60.

Essa variação nos índices de urbanização (35% -1950 a 75% em 1990 (Skidmore, 1998, p.284) tiveram como consequência a queda do crescimento vegetativo, além de influenciar na renda e na escolaridade e os movimentos migratórios.

Movimentos Migratórios

O processo de urbanização sofreu variações no tempo e também variações regionais. A política econômica adotada pelos governos militares incentivavam esse êxodo

em direção as cidades em função das necessidades de mão de obra. As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo movimento em direção aos grandes centros urbanos, sendo que essa migração pra São Paulo tornou ares de um movimento nacional. E a região nordeste fora o principal irradiador de mão de obra e São Paulo, o principal destino.

Durante o período considerado, migrações internas de áreas rurais para centros urbanos provocaram mudanças na dinâmica urbana. O número de cidades com mais de 100 mil, 500 mil habitantes vieram a aumentar conforme o quadro abaixo.

As migrações

	100-200*	200-500	500-1000	1000
1960	18	6	4	2
1970	38	15	8	5
1980	56	32	13	9
1996	90	61	24	12

* mil habitantes

(SANTOS, 2008, p. 208)

Enquanto na década de 60, 70 e 80 os grandes centros eram atrativos de mão de obra. O processo de descentralização em que os meios de produção encontram-se migrando para o interior trouxe novas características para essa dinâmica. A partir da década de 80, houvera um aumento de metrópoles regionais maior em comparação com as metrópoles nacionais.

Outros movimentos podem ser caracterizados principalmente a partir da década de 90. Passaram a existir outras dinâmicas, como migrações inter-estaduais ou mesmo movimentos intra municipais.

Crescimento Vegetativo

Entende-se como crescimento vegetativo a relação ente o número de nascimento com o índice de mortes em um intervalo de tempo. No período considerado, a evolução do crescimento vegetativo brasileira pode ser descrito através do gráfico.

O Crescimento Vegetativo no Brasil

Período	Taxa média geométrica de incremento anual da população residente
1940/1950	2,39
1950/1960	2,99

Período	Taxa média geométrica de incremento anual da população residente
1960/1970	2,89
1970/1980	2,48
1980/1990	1,93
1991/2000	1,64

http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php

Entretanto, esses números não são absolutos, havendo variações de acordo com as regiões e estados. A seguir, uma comparação do crescimento entre as regiões Sudeste e Nordeste

Crescimento do Sudeste

Período	Taxa média geométrica de incremento anual da população residente
1940/1950	2,14
1950/1960	3,06
1960/1970	2,67
1970/1980	2,00
1980/1991	1,77
1991/2000	1,62

Site do IBGE, disponível em http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php, acessado 01 ago.2010.

Crescimento do Nordeste

Período	Taxa média geométrica de incremento anual da população residente
1940/1950	2,27
1950/1960	2,08
1960/1970	2,40
1970/1980	2,16
1980/1991	1,83
1991/2000	1,31

Site do IBGE, disponível em http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php, acessado 01 ago.2010.

Alguns dados devem ser considerados quando da análise da evolução do crescimento

vegetativo. O primeiro deles tem em vista as informações relativas aos nascimentos. A taxa de fertilidade do Brasil vem sofrendo uma sensível queda nas últimas décadas, o que significa uma redução numérica das quantidades de nascimentos com a conseqüente diminuição do tamanho da família brasileira.

Ano	Taxa bruta de natalidade
1950	43,50
1960	44,00
1970	37,70
1980	31,87
1990	23,72
2000	21,06

Site do IBGE, disponível em http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?inivel=BR&idserie=POP201, acessado 24 ago. 2010

Essa diminuição na quantidade de nascimento é em parte atenuada com uma diminuição no número de mortes de crianças até um ano, a chamada natalidade infantil. (taxas de mortalidade). Isso deve-se, entre outros fatores, à estabilização da oferta de alimentos, hábitos de higiene, o uso do sabão, da anestesia e o avanço nos estudos da medicina.

O terceiro dado que deve ser levada em consideração é o aumento da média de expectativa de vida do brasileiro. Segundo o IBGE em 1950 a previsão de vida ao nascer era de 45,9 anos, no ano de 2000 passou para 68,55 anos.

Pirâmide Etária

Os efeitos desse processo podem ser vistos ao se comparar as pirâmides etárias. No início da década de 60, a pirâmide etária tinha uma larga base formada por indivíduos mais jovens e um topo bastante afunilado formado por brasileiros idosos.

As razões são diversas, mas são fruto principalmente em melhorias na economia. A urbanização denota em maior participação da mulher no mercado de trabalho, além da diminuição no número de filhos.

Já no ano 2000, pode ser observado uma diminuição justamente na base da pirâmide e

um aumento na justamente no topo da pirâmide. Em outras palavras, um aumento de aposentados a viverem de previdência social e uma diminuição da população economicamente ativa. Desta forma, pode se dizer que a demografia brasileira encontra-se em transição.

Distribuição de renda

A distribuição de renda no Brasil sempre foi desigual. Em 1881, o nordeste concentrava 48,6% do total brasileiro recebia metade de um salário mínimo. Este índice subiu para 58,3 em 1997. Já o sudeste neste ano quase metade de seus habitantes recebiam de cinco a dez salários mínimos. Esta população de classe média contentava –se nas áreas metropolitanas dos estados, e a mais pobre se encontrava - se com nas áreas rurais. (SANTOS, 2008, p.222)

A renda concentrada pela parcela mais rica da população (1%) detém a mesma riqueza que os 50% mais pobres. Segundo os dados do Almanaque Abril de 2008, 75% da riqueza nacional está nas mãos de apenas 10% da população. Quando os índices são divididos por região, 87% dos nordestinos vivem com até dois salários mínimos enquanto 69,8% do sudeste vivem com este salário.

Escolaridade

O nível de instrução faz parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU para medir as condições de vida da população mundial. É baseado, junto com a escolaridade, a expectativa de vida ao nascer e a renda per capita.

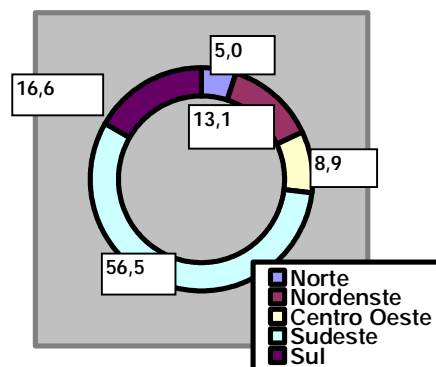
O PIB per capita mostra a diferença da parcela real e ideal da divisão da riqueza do país pelo número de habitantes. A expectativa de vida é uma projeção da idade de morte dos habitantes. Quanto melhor a condição de saúde, de alimentação e saneamento básico, melhor é a expectativa de vida.

Quanto a escolaridade, se entende pela porcentagem de crianças em idade escolar que estejam matriculados. Entre 1940 e 1997 as matrículas no ensino fundamental cresceu 10,4 vezes. Já as matrículas do ensino médio cresceram 37,7 vezes de 1940 até 2008. Mas nada se compara ao nível superior, que passou de 93.202 alunos em 1940 para 1.377.286 alunos em 1980. Depois dessa explosão de matrículas, o ingresso nas universidades se estabilizou.

Em uma análise superficial, existiria uma relação intrínseca, no caso brasileiro, entre

renda e nível de escolaridade. Os estados com menores taxas de analfabetismo seriam justamente os estados das regiões com maiores PIBs. Conforme mostra a tabela abaixo.

As regiões do Brasil e seu PIB

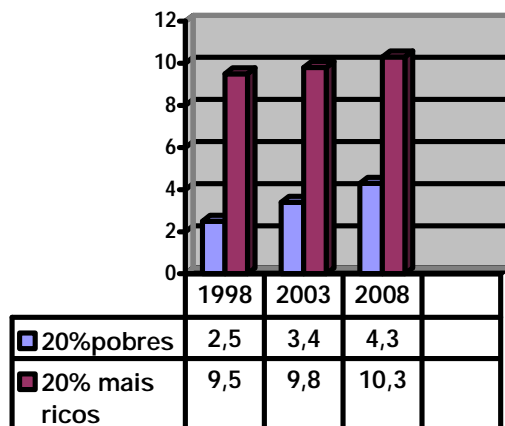


Fonte : Almanaque Abril (2008).

Além das diferenças regionais, existem ainda diferenças entre classes sociais, principalmente no que tange a frequência e quantidade de anos de estudos frequentados. Entre 1998 e 2008, o quadro geral de pessoas com mais de 15 anos era a seguinte:

- 1) Em 1970, 33,6% de analfabetos.
- 2) Em 2007, 10% de analfabetos, segundo o PNAD de 2007.
- 3) Cerca de 52% estão no nordeste. (Jornal o globo, 23/08/09).

Média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais por faixa de renda.



(Fonte: MENEZES, Maísa. Metade dos maiores de 25 anos não concluiu o ensino médio. O Globo. Rio de Janeiro, 10 outubro 2009.)

Pelo gráfico acima, em 2008, a média de anos de estudo entre indivíduos com uma renda que os coloca entre 20% com melhor renda é de 10,3 anos.

CONCLUSÃO

Os rumos decididos para a economia brasileira a partir da década de 50, com a opção pela industrialização, provocou uma urbanização acelerada, mudando o paradigma rural até então.

Inicialmente migrações internas do meio rural para o meio urbano, posteriormente surgiram deslocamentos populacionais dentro do próprio ambiente urbano.

Com a urbanização da sociedade, algumas características urbanas marcaram sobremaneira a nova dinâmica populacional. A necessidade de menos filhos provocou impactos nos índices de natalidade e nas taxas de incremento populacional, que caíram em relação a 1950.

Essa situação demográfica acompanha a distribuição geográfica de riqueza no Brasil. A região Sudeste e Sul, com maior PIB possuem menores índices de crescimento populacional se comparados ao Norte e ao Nordeste.

Como efeito dessa situação nos índices sociais, pode-se verificar que a educação seguiu a mesma tendência. A relação economia-social é clara quando verificou-se a

diferença entre os índices educacionais entre as regiões seguiu as diferenças no PIB.

Como conclusão, as mudanças econômicas tiveram como consequência um impacto a médio prazo na demografia brasileira, provocando uma mudança nas características da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

- ALMANAQUE ABRIL 2008
MENEZES, Maísa. *Metade dos maiores de 25 anos não concluiu o ensino médio*. O Globo. Rio de Janeiro, 10 outubro 2009.)
MENEZES, Maísa. *Metade dos maiores de 25 anos não concluiu o ensino médio*. O Globo. Rio de Janeiro, 10 outubro 2009.)
REGO, José Marcio & ROSA, Maria Marques. *Economia Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999.
SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
SENE, Eustáquio de. & MOREIRA, João Carlos. *Geografia: Espaço geográfico e globalização*. São Paulo: Scipione, 1998.
SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo; Paz e Terra, 1998.
TERRA, Lígia & ARAUJO, Regina & GUIMARÃES, Raul B.. *Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil*. Vol. Único. 1 ed. São Paulo: São Paulo, 2008.